

**A** abertura da economia brasileira, desencadeada no início da década, foi uma resposta natural às transformações das relações econômicas mundiais. No âmbito da globalização, seria inconcebível imaginar o décimo PIB do planeta confinado num hermetismo anacrônico. No entanto, ao contrário do Japão, "tigres asiáticos", União Européia, Estados Unidos e até de alguns vizinhos sul-americanos, o Brasil não se preparou adequadamente para a nova realidade, deixando de criar as condições adequadas de competitividade. Ou seja, colocou um pé na história contemporânea, mas ficou com o outro atulado no passado. Este descompasso é um problema sério, pois a capacidade de competir é a premissa básica do desenvolvimento.

Numerosos países buscam modelos cada vez mais eficientes de produção, privilegiando qualidade, produtividade, custos e preços baixos. Nesse sentido, desoneraram a produção e os encargos sociais. Além dis-

### **A política monetária rígida tem ocasionado dificuldade para exportar, fechamento de empresas e desemprego**

só, investiram em infra-estrutura, garantindo oferta energética, transportes e telecomunicações eficientes, para dar suporte à produção e permitir que ela chegue, com custos baixos, sem desperdícios e rapidamente, aos pólos de consumo interno e exportação. Esses países não só saíram à frente no contexto da globalização, como têm obtido razoável sucesso na solução de outro fenômeno contemporâneo: o desemprego estrutural. Mais

produção, mais acesso ao consumo e aos serviços, mais empregos. Esta é a única possibilidade de prevalência da justiça social e respeito às prerrogativas da cidadania, objetivos principais de qualquer modelo econômico.

O Brasil, contudo, mantém um sistema tributário antiquado, encargos sociais elevados e deficiência de infra-estrutura, o que vai tornando

cada vez mais baixa sua capacidade de competir. Esta situação é provocada pelo atraso na adoção de medidas urgentes, como a reforma do Estado e da previdência, e um novo modelo tributário. Mas a reforma da Constituição continua estagnada no Congresso. O Poder Executivo, igualmente, parece caminhar na contramão. Exemplo: o orçamento da União

para 1997 prevê aumento da dívida pública. Deverão ser emitidos R\$ 28,6 bilhões em Notas do Tesouro Nacional. Para se transformarem em dinheiro no mercado financeiro, esses papéis, como os títulos públicos já em circulação, puxam os juros do País, que continuam sendo os mais altos do mundo. Também para suprir seus déficits, o governo cria ou aumenta a alíquota de impostos. É o

caso da CPMF e da mudança do cálculo da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido. Somente esta "canetada" na CSLL representará, em 1997, aumento entre 8 e 11,48% da carga tributária.

O Estado não controla seus gastos, onera a produção e ainda deixa de investir em transportes, telecomunicações, energia e saneamento ambiental.

Essa carência de infra-estrutura dificulta a produção e encarece o produto brasileiro. Com crise fiscal crônica e dívida pública crescente, não há alternativa para seguir a bem-vinda estabilidade da moeda, a não ser a manutenção de uma política monetária rígida, representada por juros altos e controle do câmbio, cujos efeitos colaterais têm sido graves: mercados restritos, dificuldades pa-

ra exportar, fechamentos de empresas, falências, concordatas... e o que já está sendo denominado de mal do século: o desemprego.

Em agosto, a indústria paulista bateu o recorde de demissões, dispensando 29.331 trabalhadores. O total de demissões, no ano, já chega a 145.217 e, nos últimos 12 meses, a 242.697.

Outro problema grave: sem condições de realizar grandes investimentos em atualização tecnológica, muitas empresas brasileiras buscam adequar-se às exigências concorrentiais da globalização, simplesmente através de preços incapazes de remunerar seus custos e de lhespropriar lucros. Trata-se, contudo, de uma estratégia suicida.

Enquanto isso, o universo político brasileiro parece muito mais preocupado com outras questões, como



Max Schrappe \*

# *Descompasso histórico*

eleições e reeleições, campanhas eleitorais e sucessões nas várias instâncias do poder. O próprio presidente Fernando Henrique mostra-se sensível a aceitar idéias que remontam a um passado triste, como o projeto que concede a ex-presidentes mandato vitalício de senador "biônico".

A inadequação do Brasil ao alto grau de competitividade do mundo contemporâneo pode quebrar irreversivelmente a indústria nacional. Os setores produtivos brasileiros

não defendem subsídios, incentivos fiscais, reservas de mercado ou qualquer outro benefício do gênero. Querem, apenas, ter condições de competir em pé de igualdade com as em-

presas de países onde um simples ano eleitoral e os interesses políticos não emperram as transformações profundas que, sem nenhum exagero, caracterizam a terceira revolução industrial da História. ■

### **A inadequação do Brasil ao alto grau de competitividade do mundo de hoje pode quebrar a indústria nacional**

\* Industrial gráfico, é presidente da Associação Brasileira da Indústria Gráfica (Abigráf) e primeiro vice-presidente da Fiesp/Ciesp.